

Aspectos institucionais e urbanos para o desenvolvimento local do município de Pedra Branca do Amapari/Amapá

Adalberto Carvalho Ribeiro e Rubens Pinheiro Silva

1 Universidade Federal do Amapá, Brasil. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/UFPA e professor do Programa de Mestrado Direito Ambiental e Meio Ambiente - PPGDAP, na UNIFAP. E-mail: adalberto@unifap.br

2 Universidade Federal do Amapá, Brasil. Geógrafo. Especialista em Gestão Urbana pela UNIFAP. E-mail: rubenspinheiro@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo tem como propósito refletir sobre fenômenos institucionais recentes que vem acontecendo no município de Pedra Branca do Amapari vislumbrando a possibilidade de um planejamento urbano participativo para o desenvolvimento local no município. O procedimento metodológico tem como princípio a pesquisa exploratória (Gil, 1991) a partir do método histórico (Lakatos, 1991) e estatístico quali/ quantitativo (Gil, 1991). Os principais pressupostos teóricos utilizados foram Buarque (2002), Ferrari Jr (2004), Oliveira (2004), Pontes (2007), e Zapata (2001). Os resultados apontam para um conjunto de novos fenômenos que vem ocorrendo em PBA a partir de 2004, criando novas institucionalidades, bem como para um intenso fluxo migratório, falta de regularização fundiária, crescimento econômico revigorado com o “novo” ciclo minerário, mas com um modelo de gestão pública ainda precário. Assim a necessidade de construção do plano diretor a partir de metodologias participativas pode ser uma boa oportunidade para mitigar, de forma mais democrática, os níveis de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Planejamento Urbano Participativo, Desenvolvimento Local, Pequena Cidade.

ABSTRACT: This article aims to reflect on recent institutional phenomena has been happening in Pedra Branca do Amapari glimpsing the possibility of a participatory urban planning for local development in the municipality. The methodological principle is to exploratory research (Gil, 1991) from the historical method (Lakatos, 1991) and statistical quality / quantity (Gil, 1991). The main theoretical assumptions used were Buarque (2002), Ferrari Jr (2004), Oliveira (2004), Bridges (2007), and Zapata (2001). The results point to a set of new phenomena that has occurred in the PBA since 2004, creating new institutions, as well as an intense migration, lack of land tenure, economic growth, strengthened by the "new" mining cycle, but with a public management model is still precarious. Thus the need for construction of the master plan through participatory methodologies can be a good opportunity to mitigate, more democratic, the levels of local development.

Keywords: Urban Planning Participatory, Local Development, Small City.

1 Introdução

A Amazônia tem sido palco de grandes intervenções econômicas, isso se deve ao fato da importância que essa região desempenhou historicamente e desempenha para o capital, em especial o internacional. Dentre essas intervenções seguiram diferentes modelos econômicos de desenvolvimento, tais como, as drogas do sertão, o ciclo gomífero, os grandes projetos agropecuários e minerais, contribuindo com mudanças significativas na reestruturação sócio-espacial da região através dos movimentos migratórios, da formação de núcleos urbanos, criação de Territórios Federais, formação de Estados e municípios.

As “drogas do sertão” - ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, canela, baunilha, cravo, castanha e guaraná – forma um primeiro ciclo da economia amazônica. . Esses produtos recebiam o nome de *drogas do sertão* e eram considerados especiarias na Europa, alcançando excelentes preços nesse período(qual período?). Se tornou tão importante que, para combater o contrabando em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco fundou na foz do rio Amazonas, o forte do Presépio, dando origem à atual cidade de Belém.

Já o primeiro ciclo gomífero ocorre durante o século XIX e foi fortemente influenciado pela invenção do pneumático, na Europa. Os grandes projetos agropecuários e minerais fazem parte da história mais recente da Amazônia e de modo mais contundente a partir da década de 1970. Contudo, é preciso ressaltar que na década de 1950, no então Território Federal do Amapá, a primeira experiência mineral industrial de grande porte se instalava na região Norte.

É nesse contexto que se encontra o Estado do Amapá, na medida em que algumas de suas cidades emergem no entorno desses grandes projetos minerais, a exemplo do município de Pedra Branca do Amapari (PBA), que surgiu a partir da construção da estrada de ferro e da ponte que liga a região do Amapari ao Município de Serra do Navio, por trabalhadores do Projeto da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI), empreendimento instalado em 1953 no Município de Serra do Navio (AP). Escolheu-se a cidade de PBA porque nela vem se manifestando fenômenos intrigantes, sobretudo, a partir do “novo” ciclo da mineração instalado no local desde 2004. Novas institucionalidades passaram a existir e influenciando, de algum modo, os níveis de desenvolvimento local. Este trabalho tem as seguintes questões norteadoras: 1) De 2004 a 2010, como tem se caracterizado o processo de urbanização em PBA? 2) Qual o seu atual quadro cultural, econômico e político? 3) Esse quadro aponta para a possibilidade de implementação de plano diretor participativo? 4) Quais as novas institucionalidades que vem se configurando no município desde 2004? 5) Há algo de novo nelas, considerando a história do local?

Tem-se como hipótese: em locais com características de pequenas cidades amazônicas a implementação de um planejamento urbano participativo é mais difícil devido às características culturais, econômicas e políticas.

Contudo, no caso de PBA as novas configurações advindas do “novo” ciclo minerário apontam para novas institucionalidades que podem mitigar a participação de

atores da sociedade civil, como associações e cooperativas, para cumprimento de um plano diretor participativo, por exemplo.

O artigo trata da origem e transformação de PBA, de questões culturais, econômicas e políticas considerando as dificuldades de implementação para um planejamento urbano participativo. Os métodos histórico (Lakatos, 1991) e estatístico numa perspectiva qualitativa (Gil, 1991) são relevantes neste trabalho. Os procedimentos metodológicos derivam da pesquisa exploratória por entender que se desenvolveu a partir da necessidade dos autores em coletar diferentes dados *in loco* junto à comunidade local.

2 Caracterização do contexto local de PBA

A região do Amapari localiza-se na unidade Planaltos Residuais do Amapá, caracterizada pelos maciços residuais que formam um conjunto topograficamente elevado, constituídos por rochas pré-cambrianas, com a predominância de metassedimentos dobrados e falhados, bem como vulcânicas ácidas (PMDRS¹, p. 27). O município tem um ordenamento territorial truncado, tanto pelas unidades de conservação (estadual e federal) como as áreas indígenas (mais de 600 mil ha), comportando, ainda, áreas de assentamento rurais federais (quase 30 mil ha).

Situado na parte centro-oeste do Estado do Amapá, o Município de PBA apresenta uma superfície de 9.495,4 km². Confronta-se ao norte com o Município de Oiapoque, ao leste com o Município de Serra do navio, Ferreira Gomes e Porto Grande, ao sul com o município de Mazagão e a oeste com o município de Laranjal do Jari. A população em 2000 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE era de 4.009, recente essa população estima-se em 7.337 (IBGE, 2007).

PBA ainda é influenciada por áreas protegidas especialmente por lei. Em terras do município estão localizadas total ou parcialmente as seguintes reservas: 1) Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapurú (RDS-I), de uso sustentável e pertencente à esfera estadual; 2) Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), de uso integral e pertencente à esfera federal, e; 3) Reserva Extrativista Beija-Flor Brilho de Fogo, de uso sustentável e pertencente à esfera municipal.

A atual concentração populacional na cidade deve-se as atividades minerais mais recentes. Primeiramente com a Mineradora Pedra Branca do Amapari – MPBA e depois com a MMX (vendida para a Empresa Anglo American passando a se chamar *Anglo Ferrous Brazil. Esta a única mineradora hoje na região*). A partir do prenúncio de pesquisas na área e das instalações das mineradoras o núcleo urbano do município foi palco de movimentos migratórios acelerados em busca de emprego e consequentemente melhorias de vida.

Caracterizada como pequena cidade (Oliveira, 2004) PBA não dispõe de planejamento urbano formal por intermédio de plano diretor. O resultado dos problemas do crescimento urbano advém do populacional desordenado, habitações

¹ Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS, produzido pelo Projeto Perimetral Norte, com o apoio do Governo do Estado do Amapá.

precárias, ausência de infraestrutura e de saneamento básico, má condições de acessibilidade e mobilidade na cidade segregando o “cidadão” do direito a cidade.

Entre outros motivos, o núcleo urbano de PBA cresceu em razão de sua localização geográfica estratégica. Primeiramente devido ao rio Amapari que está a sua margem direita e segundo e mais importante devido a construção da Estrada de Ferro desde os tempos da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI). De acordo com os estudos do DPL² e do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), a cidade passou a evoluir gradativamente a partir da construção da Rodovia Perimetral Norte construída pela empresa Mendes Junior e que, ao se retirar da região, deixou uma base infraestrutura - o acampamento- onde se formou o povoado de Água Fria.

Gemaque (2010) fez um interessante estudo sobre fenômenos recentes em PBA onde demonstrou relações inovadoras entre a mineração e a agricultura naquele município. O que ela percebeu é a possibilidade de uma “economia exógena” poder estar contribuindo de modo efetivo com a “economia endógena” – no caso de PBA, a agricultura familiar.

Estas relações vêm se dando por intermédio do Fundo Comunitário de Desenvolvimento Local (FMDC) criado pela pressão da sociedade civil sobre as empresas mineradoras instaladas na região. Trata-se de inovadora e importante institucionalidade que se configura no local. O FMDC tem sido capaz de apoiar várias atividades agroextrativistas organizadas por meio das várias organizações sociais locais, em especial das associações comunitárias vinculadas aos assentamentos rurais. Mas, o FMDC, gerido por um Conselho Gestor interinstitucional, também tem apoiado ações da prefeitura municipal e recursos derivados do fundo têm servido ao asfaltamento de ruas da cidade. Gemaque (2010) demonstrou no quadro abaixo como projetos concretos vem se configurando a partir de novas relações entre os atores na região de PBA, mediados pelo Conselho Gestor do fundo. O quadro abaixo se reporta a valores investidos no ano de 2009. Verifica-se que 204 famílias acessaram recursos para movimentar a economia local por meio dos mais diversos nichos de mercado.

PROJETOS FINANCIADOS PELO FMDC – PEDRA BRANCA DO AMAPARI			
COMUNIDADES	BENEFICADAS	EMPREENDIMENTO	VALOR (R\$)
Pedra Branca	50 famílias	Tele Centro Informát.	27.382,00
Água Fria	15 famílias	Viveiro de mudas	40.580,50
Porto Alegre	12 famílias	Plantio de açaí	40.800,00
Arrendido	12 famílias	Açaí + essências florestais	41.600,00
Xivete	12 famílias	Plantio de açaí	40.800,00
Centro Novo	12 famílias	Criação de frango de corte	41.002,00
Cachaço	05 famílias	Piscicultura	38.064,55
Riozinho	23 famílias	Casa de farinha	41.015,90
Tucano I	15 famílias	Casa de farinha	41.015,90

² Diagnóstico Participativo Local de Pedra Branca do Amapari, 2002.

Tucano II	25 famílias	Casa de farinha	41.090,40
Nova Divisão	12 famílias	Casa de farinha	40.478,90
Sete Ilhas	20 famílias	Casa de farinha	41.015,90
TOTAL	204 famílias		474.796,55

Fonte: Gemaque (2010)

Contudo, ainda que se reconheça a importância dessas novas experiências para que elas contribuam com um planejamento participativo no município, será sempre preciso olhar de forma crítica para essas questões em contexto de pequenas cidades amazônicas. O forte histórico de relações clientelistas não permite que se afirme que essas novas configurações dêem causa, de *per si*, a construção de um novo paradigma.

3 Sobre o conceito de desenvolvimento local

Considerando o local como um conjunto de relações sociais Campanhola e Graziano da Silva (2000) caracteriza-o como o lugar onde a cultura e outros caracteres não transferíveis têm sido sedimentados ao longo dos anos. Neste caso é possível compreender que o local é o lugar de encontro e desencontro, é também onde as instituições públicas e privadas estabelecem relações com a sociedade civil, determinando formas de organizações de produções diferentes. Por outro lado, Ribeiro (2008) citando Berdoulay (2005) ressalta que o estatuto do local mudou: o que antes se entendia como território passivo, dotado de ações e políticas externas dissociada da realidade local vem se configurando como pré-requisito, uma das condições necessárias ao desenvolvimento em diferentes escalas.

O local passa a ser visto como um espaço aberto à inovação e a criação, tornando-o o “próprio senhor de seu destino”. Viver e agir localmente não é pensar somente globalmente, mas também pensar e construir uma base de um novo modo de representar o tecido social local. Zaoual *apud* Ribeiro (2008) entende que, assim, passa a existir um movimento em prol do local em detrimento das concepções mecanicistas, desenvolvimentistas e quantitativistas de países hegemônicos.

Mas que tipo de movimento é possível perceber no âmbito local que dê uma conotação de valor inovador? Ana Fani (1996) destaca que o lugar em si guarda as dimensões da história a partir do modo de vida da sociedade local, de sua sociabilização através da apreensão dos sentidos, ou melhor, do próprio corpo em suas múltiplas dimensões e relações com o lugar, logo o lugar passa a ser o ponto de apoio, de referência e articulação dos atores sociais.

Neste caso, pensar o desenvolvimento sobre o véis local requer o envolvimento de diferentes dimensões: a cultura, identidade, economia, ambiente, a estrutura física do território, o processo de territorialidade, o político-institucional, o científico - tecnológico, entre outras dimensões do *lôcus* real, associados e interligados ao tecido social.

O desenvolvimento pressupõe uma transformação consciente da realidade local. Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental, inclusive, assume

fundamental importância. O desgaste ambiental pode não interferir diretamente a geração atual, mas pode comprometer sobremaneira as próximas gerações.

O conceito de desenvolvimento local passa a ser entendido como aquele definido pelos recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais de localidades e territórios delimitados, com economias de escalas e potencialidades não exploradas, além de uma forte identidade compartilhada, conforme relembra Zapata (2001).

Buarque (2002), por sua vez, compreende o desenvolvimento local como um processo de mudanças endógenas a partir das transformações econômicas vinculadas a melhoria da qualidade de vida. O autor descreve uma série de pré-requisitos (exploração das potencialidades locais; elevar as oportunidades sociais, viabilidade e competitividade da economia local; entre outros) que devem ser perceptíveis *in loco* para que o desenvolvimento local seja sustentável. Assim, pensar em desenvolvimento local é referir-se a desenvolvimento econômico interdependente às questões sociais, ambientais, políticas e humanas. Mas quais são as prerrogativas para que de fato isso seja concreto? Acredita-se que uma delas seria o investimento em capital humano, social e natural. Zapata (2001) apóia-se na idéia de que as localidades dispõem de recursos humanos, ambientais, institucionais, sociais culturais e econômicos ainda não explorados. Os estímulos a essas potencialidades favoreceriam ao surgimento e expansão de empreendimentos e de empresas.

Quanto às cidades amazônicas, é significativo o número pequeno delas, inclusive amapaenses que apresentam condicionantes contrários que podem estar limitando estratégias de apoio ao desenvolvimento local. Trindade Junior (2008) tem feito um importante esforço para compreender as singularidades das pequenas cidades amazônicas. Zapata (2001), Oliveira (2004) entre outros vêm analisando cidades brasileiras a partir de diferentes óticas. Ribeiro (2008, p. 118-119) enumera um conjunto de fatores que emperram as investidas dessas estratégias tais como ausência de políticas públicas explícitas na área; baixa qualificação e grau de capital humano; as visões imediatistas da população local; o clientelismo do poder legislativo e executivo; parceria cultural insipiente; entre outros condicionantes.

4 Planejamento participativo e gestão democrática

Em muitos municípios brasileiros o planejamento e a gestão urbana produziram grandes desigualdades e distorções no uso dos espaços. No caso de regiões periféricas, locais desprovidos de infraestrutura e equipamentos, que convive com a subutilização de terrenos, a ausência de debates públicos em torno da ocupação do território e do planejamento do crescimento da cidade agrava ainda mais esta realidade. Não obstante, hoje o Estatuto da Cidade, de 2001, prevê uma série de instrumentos que permitem transformar esta situação. Para aplicar a maior parte destes instrumentos urbanísticos, boa parte dos municípios brasileiros passou a ter a obrigação de produzir o seu próprio Plano Diretor. Ainda que não seja o caso de PBA, os gestores públicos vêm percebendo que o plano diretor demonstra o esforço do gestor público municipal em acessar recursos públicos, sobretudo, federais. Por isso, PBA já procurou a Universidade Federal do Amapá para que lhe auxilie na construção dessa ferramenta

de planejamento urbano. Os prefeitos, com suas racionalidades eleitorais, percebem que precisam se enquadrar no conjunto de mudanças por qual passa o país nos últimos anos.

A falta do planejamento nas cidades brasileiras, particularmente, nas cidades amazônicas é retratada a partir de gestões municipais imediatistas, intervencionistas que pouco ou nada tem contribuído com o desenvolvimento eficiente da sociedade local. Cidades amazônicas com essas características sofrem sérios problemas de injustiças sociais e precisam se planejar no intuito de superá-los visando à melhoria da qualidade de vida a partir do desenvolvimento econômico integrado as experiências culturais e sustentáveis da sociedade local. PBA tem tudo para atender a essas exigências e os novos fenômenos que vem ocorrendo na região de 2004 até 2010 podem ajudar nesse “enquadramento”.

Os artigos 182 e 183 da Carta Magna de 1988 que trata das questões urbanas apresentam objetivos e instrumentos para o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem estar dos habitantes. Pontes (2007) relata que a referida lei não deixa claro os requisitos que determinam a função social da cidade ficando sob responsabilidade do Plano Diretor enquanto instrumento básico da política de desenvolvimento urbano. Contudo, a CF de 1988, diz que os municípios são obrigados a incorporarem em seu planejamento mecanismo sob o véis participativo privilegiando audiências públicas e consultas populares. A participação passaria a ser real e não uma prática imposta, concedida ou doada (Demo 2001). Desse modo, compreende-se que a participação deve ser vista como algo positivo e prazeroso à sociedade local, pois, representaria uma conquista do grupo, eis que, como grupo, a sociedade precisa estar organizada na construção do projeto de cidadania plena, participante e efetiva. Por essa ótica, é possível compreender a importância e a responsabilidade dos novos atores sociais, dos cidadãos, pois, são eles que sentem os problemas de infraestrutura da cidade, os serviços prestados (saúde, educação), acessibilidade, mobilidade, moradia, desemprego, entre tantos problemas existentes. Conhecendo os problemas é possível que se apontem prováveis soluções levando em consideração os diversos olhares desses novos cidadãos.

Em consonância a essa necessidade, as políticas democratizantes instituídas no Plano Diretor valorizam em primeiro lugar a sociedade, diferentemente das duas matrizes anteriores que planejavam e gerenciavam as cidades brasileiras por instrumentos de caráter tecnocrático e autoritário. A nova postura estimula a todos os atores sociais serem ouvidos, envolvidos e co-participes do processo decisório das políticas públicas.

Sendo assim, o planejamento e a gestão da cidade não são neutros. Reconhece-se a existência de diferentes atores sociais que divergem e se contradizem que precisam ser entendidos a partir das teias ou redes de relações da qual fazem parte. O desenvolvimento de novas políticas urbanas, segundo (Ferrari Jr 2004), perpassa pela coesão e participação intensa dos cidadãos e também dos novos mecanismos de participação popular na gestão dos serviços públicos tal como os conselhos comunicativos, consultivos, deliberativos, por exemplo, que precisam ser testado como embriões de um novo poder legislativo, mais representativos das várias forças sociais

existentes e com poder decisório efetivo. Em PBA a criação do Conselho Gestor do FMDC tem sido um importante espaço de decisão de recursos aportados no Fundo advindo dos lucros das mineradoras, em especial da Anglo Ferrous Brasil.

5 Achados da pesquisa de campo – análise dos resultados

Recentemente (mais especificamente a partir de 2004) a ocupação da cidade de PBA foi mais intensificada e conseqüentemente resultou em grandes transformações que é fruto de um “novo ciclo” minerador na região central do Estado do Amapá: a chegada de empresas tais como a Mineradora Pedra Branca do Amapari e da MMX posteriormente vendida para a Mineradora *Anglo Ferrous Brasil*. Diante desses movimentos migratórios e da atual dinâmica populacional, considerou-se três fatores relevantes de análise: o quadro cultural, econômico e político, e até que ponto eles favorecem ou dificultam a implementação do planejamento participativo para o desenvolvimento local.

Os achados de campo revelam que a dinâmica populacional caracteriza-se a partir de dois movimentos migratórios distintos: 1) a população local era bem menor, composta principalmente de paraenses e amapaenses que trabalhavam como agricultores, garimpeiros e pequenos comerciantes, 2) hoje a população apresenta diferentes origens em razão da oportunidade de emprego geradas pelas empresas mineradoras. Dos 150 chefes de famílias entrevistados em PBA, o gráfico 1, revela que, 87 deles, ou seja, 58% são originários de outros Estados da Federação. Vale ressaltar que dos 42% de amapaenses pesquisados (63 pessoas) 32, 66% (49) são de outros municípios amapaenses e não nascido em PBA.

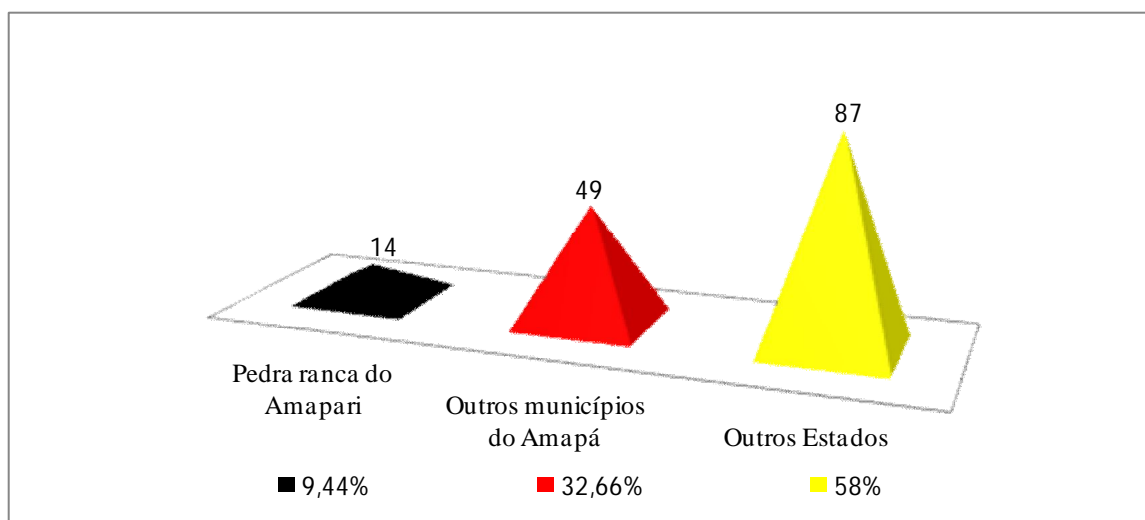


Gráfico 01: Naturalidade dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo (2008)

Pelo que se averiguou há problemas sociais decorrentes dessa nova configuração. As empresas mineradoras, juntamente com as que terceirizam seus serviços, 1) não absolveram o grande fluxo de pessoas em seus quadros funcionais, 2) o poder municipal (Prefeitura) não levou em consideração a importância do planejamento

como instrumento que viesse nortear as ações da gestão municipal, (no caso aqui, urbano no sentido de atender as necessidades reais da sociedade local).

A retomada do ciclo minerário, ao que tudo indica, conseguiu consolidar uma espécie de elite local, a partir dos investimentos privados na região. Contudo, o papel da Administração Pública tem deixado a desejar porque não tem conseguido atender a demanda por maior descentralização político-administrativa, movimento nacional que reivindicava novas relações entre União, Estados e Municípios. Exemplo disso tem sido a dificuldade em gerir as transferências que as mineradoras vêm fazendo para o FMDC, uma vez que o fundo é de natureza contábil pública e seu gerenciamento deve obedecer às leis da administração pública.

Em relação às condições de habitabilidade/moradia no núcleo urbano de PBA 70% das moradias são próprias, 19.33% alugadas, 9.33% cedidas (9,33), e 1.33% residências é de outras procedência.

As características econômicas dos agentes sociais têm influenciado nos condicionantes educação-renda. Os dados revelaram que 9% nunca tiveram oportunidade de estudar, muitas delas estão na faixa etária de 40 a 65 anos. É relevante destacar que dos 44% que estudaram o Ensino Fundamental incompleto a maioria deles estudaram somente as series iniciais, o antigo Mobral, ou em turmas multisseriadas. Alguns deles não conseguem escrever o próprio nome. Somando esses números a 8% que estudaram e tem o Ensino Fundamental completo tem-se 61% com grau de estudo muito baixo. No outro extremo percebe-se que 3% possuem o ensino superior completo e 2% incompletos e no momento pararam seus estudos devido à necessidade de trabalharem deixando em segundo plano o sonho de seguir uma profissão promissora, em tese.

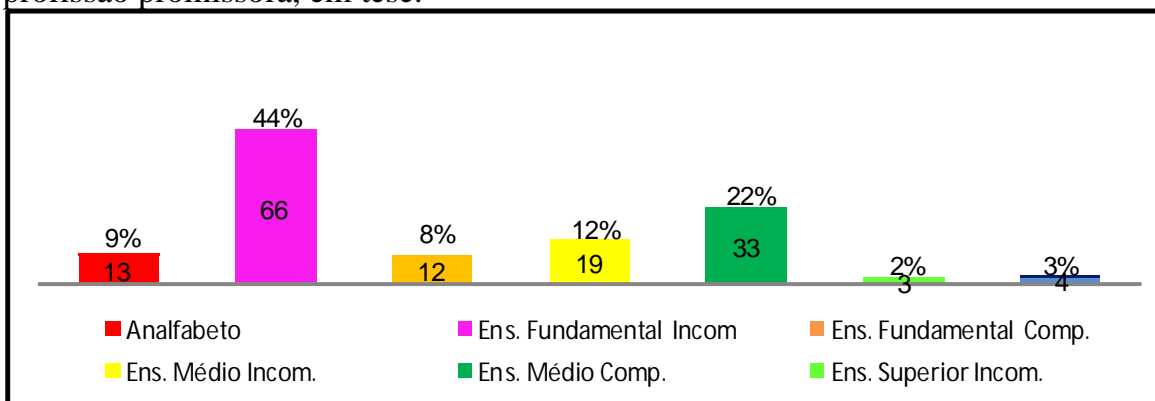


Gráfico 02: Nível de escolaridade dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Verificou-se que o nível de escolaridade dos moradores reflete de forma direta/indiretamente nas condições da renda da família. Os números do gráfico 3 ajudam a ter uma melhor compreensão desses fatos. São 24.66% que se dizem desempregados, 8.66% recebendo até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 22% recebendo entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, 16.66% recebendo entre 1 a 1 salário e $\frac{1}{2}$, 12.66% recebendo entre 1 e $\frac{1}{2}$ e 2 e $\frac{1}{2}$ e 15,33% recebendo acima de 2 salários e $\frac{1}{2}$, o equivalente a R\$ 1.275,00. Trata-se, portanto, de um município muito pobre, como tantos da Amazônia.

Do contexto é possível inferir que: 1) o número de desempregados não corresponde ao destacado acima, visto que, além dos mais de 1/5 desempregados devem ser somados os demais que recebem até meio salário mínimo, pois, esse valor corresponde a ajuda de programas assistenciais, como o bolsa família. Sendo assim, tem-se 1/3 dos chefes de famílias desempregados.

Outro dado relevante no gráfico é o numero significativo de chefes de famílias que vivem até com 1 salário e $\frac{1}{2}$, ou melhor, 72% dos entrevistados. Entre eles, merece destaque os que vivem com, no máximo, com 1 salário mínimo.

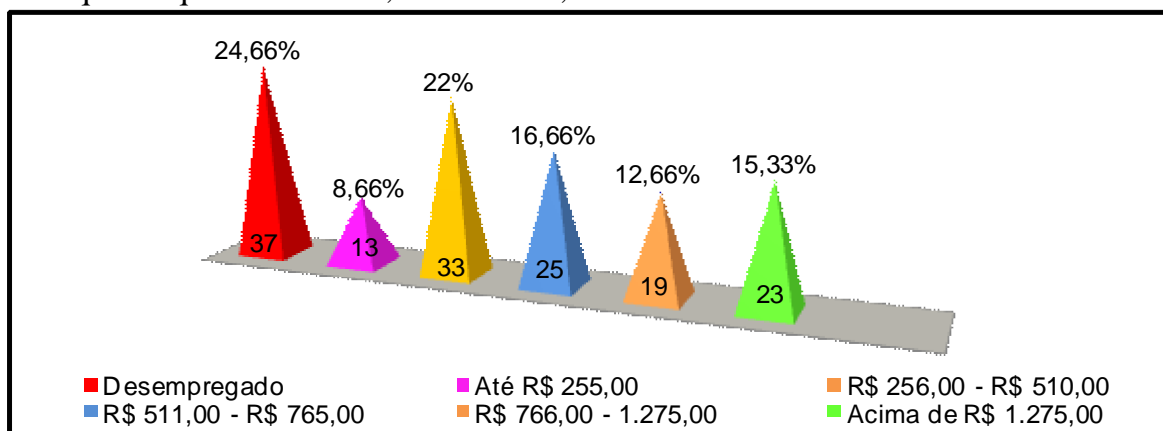


Gráfico 03: Renda familiar

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

No quadro tem-se 12.66% de pessoas numa condição, aparentemente um pouco melhor, mas não preocupante. Por quê? Primeiro porque ganhar entre 1 e $\frac{1}{2}$ a 2 e $\frac{1}{2}$ salários mínimos não significa viver confortavelmente. Segundo, muitos não estão empregados com carteira assinada nas empresas ou não são funcionários do poder público, o que poderia lhes dar alguma garantia: são pessoas que trabalham por conta própria, que vivem de bico, entre outros.

Certamente, a pesquisa revela condicionantes de uma realidade social excludente. Quanto ao tipo de terreno em que estão assentadas as residências conforme o gráfico 4 é o seguinte: 65% dos terrenos do núcleo urbano de PBA estão em terra firme, 29% estão sujeitos a alagamento, 5% em várzea e 1% em encosta. Como a cidade é pequena o fenômeno da ocupação de “ressacas” ainda não é tão evidente em PBA.

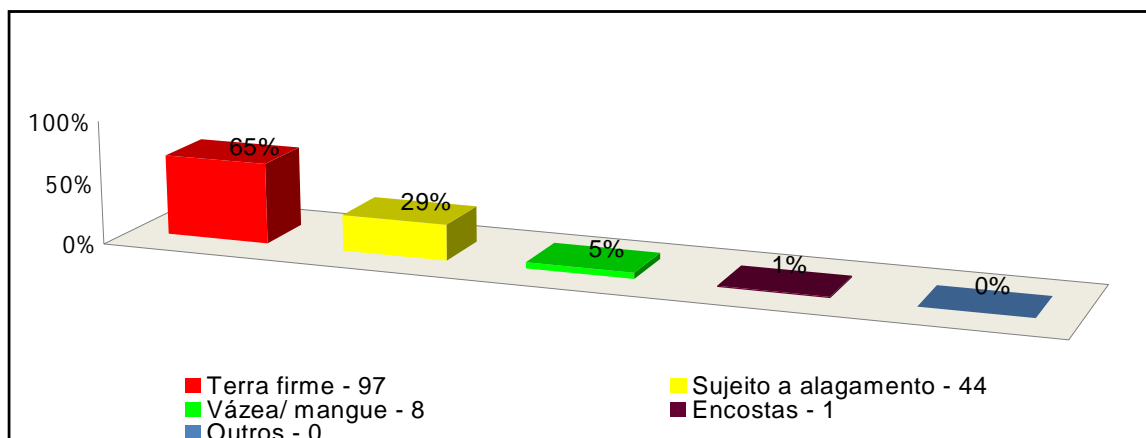


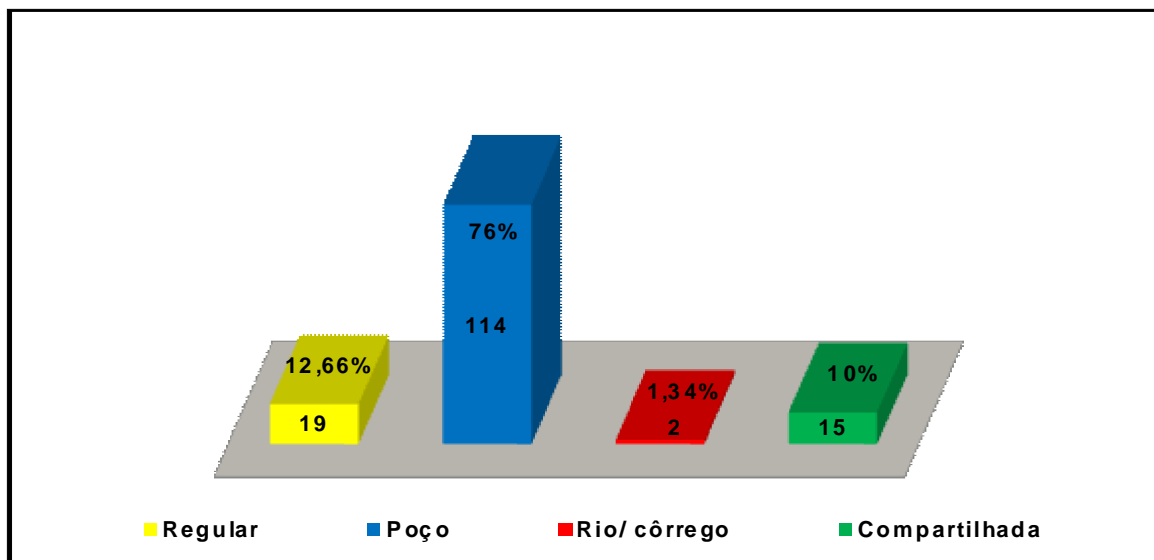
Gráfico 4: Tipo de terreno das moradias**Fonte:** Pesquisa de campo (2008).

Contudo, identificou-se que esses dados podem estar escamoteados e não confirmarem, de fato, a realidade. O observado durante as quatro etapas da pesquisa, detectou muitas casas em terrenos sujeitos a alagamento. Talvez, aproximadamente, de 25% a 30% desses terrenos estejam sujeitos a alagamentos. Houve, da parte dos entrevistados, por alguma razão, desconforto em confirmar a informação.

Segundo a Lei Ordinária N.º 11.445 de 05 de janeiro de 2007, o saneamento básico é definido como o “conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:” abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais.

No caso de pequenas cidades amazônicas, como as identificadas no Estado do Amapá, inclusive PBA, os problemas de saneamento básico são mais evidenciados ainda.

O saneamento básico e a infraestrutura da cidade revelam-se incipientes. O gráfico 5 revela que 12,66% da população tem água encanada servida pela Companhia de Água e Esgoto (CAESA), enquanto que 76% utilizam-se da água de poço (principalmente o Amazonas). 1,34% retira diretamente dos rios e 10% que utilizam de vizinhos ou parentes. Note-se que a pesquisa de campo foi realizada somente no núcleo urbano da cidade.

**Gráfico 5:** Que tipo de água você utiliza?**Fonte:** Pesquisa de campo (2008).

Diante desse quadro é possível identificar diferentes problemas de ordem urbana, ambiental e social. Conforme Bruna Lopes³, “a água que chega da CAESA tem que ser filtrada diariamente, é meio amarelada” (Entrevista realizada durante a pesquisa de campo). Outros moradores questionam a falta de água alegando que o sistema de abastecimento funciona apenas por algumas horas durante o dia, assim como pela

³ Moradora do Bairro Centro, nº. 282.

ausência do serviço em determinadas áreas da cidade. Nesse sentido, a população é obrigada a construir poços, e, sem as mínimas condições de segurança e higiene. Percebeu-se essas construções não obedecendo aos limites necessários em relação aos banheiros e fossas (muitas delas do tipo “negra” – quando apenas cavadas no chão sem nenhum revestimento).

Em relação à rede de energia elétrica o gráfico 4, revela que 49% utilizam a energia de forma irregular (gato/gambiarra), 46% pagam pelo consumo e estão regularizados, 2% recebem de forma compartilhada e 3% por meio de outras formas.

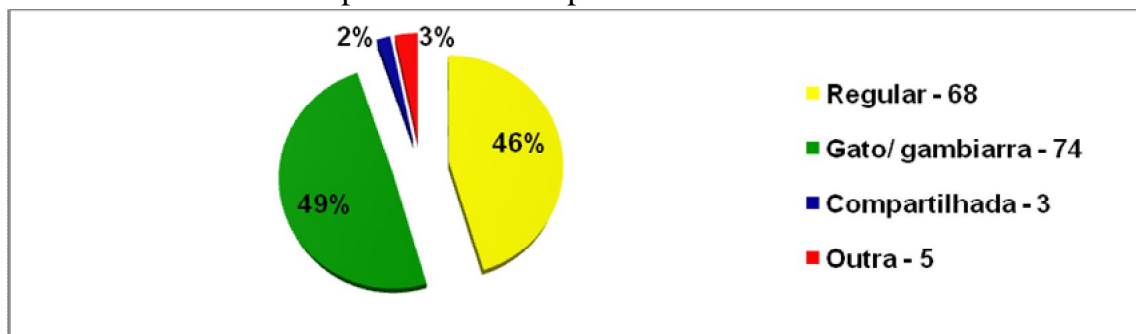


Gráfico 6: Que tipo de energia elétrica você utiliza em sua casa?

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

A prestação dos serviços é muito carente, seja pela pouca assistência dada a comunidade local, seja por suas péssimas condições de qualidade.

Analisando a rede de saúde pública, detectou-se que, segundo questionamentos dos moradores, existe apenas um posto de saúde na cidade (bairro Cai N'água) para atender a população do núcleo urbano e de outros que vem dos interiores. O hospital construído pelo governo estadual ainda não foi completamente concluído e está em fase de acabamento. Faltam médicos e remédios. Alguns moradores reclamam que precisam dormir na fila para pegar a ficha de consulta e na maioria das vezes não conseguem porque o número de atendimento é pequeno. Faltam médicos especialistas em determinadas áreas e mãos de obra mais qualificadas em outras áreas.

O sistema de transporte também é incipiente. Existem três empresas de ônibus intermunicipal (Trans amapari, Garra e Amazon Thur) transportando passageiros diariamente em horários diferenciados, principalmente para a capital.

O sistema de telefonia celular é inexistente e o problema se agrava devido os orelhões e os telefones residenciais que não funcionam a contento. De acordo com moradores os telefones ficam “mudos” por dias.

Na segurança pública é relevante evidenciar que o inchaço populacional e a falta de emprego na cidade podem possibilitar a prática da prostituição, venda e uso de drogas, assaltos, estupro, entre outros. De acordo com um policial militar entrevistado, as mineradoras contribuíram diretamente para o agravamento de problemas de segurança pública. Para ele: *“As empresas intensificaram os problemas sociais, uma vez que a maioria das pessoas empregadas nas mesmas não são de PBA e quase a maioria dos delitos são cometidos por pessoas atraídas com a promessa de emprego”*. (Kassio Kleber, março 2010)

6 Considerações finais

Ficou evidenciado que de 2004 até 2010 o movimento migratório se intensificou no município de Pedra Branca do Amapari. Neste caso, o crescimento e dinamismo do referido município é resultado da implantação de indústrias extrativistas minerárias na região. A expansão desorganizada da cidade é outro condicionante, mas também devido a falta de competência municipal de ordenar social e territorialmente a cidade.

Um dos aspectos que sempre chama atenção em cidades com essas características: 58% dos moradores vieram de outras unidades federativas e 32.6% são de outros municípios amapaenses. Essas evidências colocam em cheque a construção de uma identidade própria para PBA. Se as pessoas estiverem na cidade só por causa da influência do ciclo minerário, então é possível afirmar que elas não foram lá para permanecer, para pertencer àquela comunidade.

Pelo que se averiguou, nas questões econômicas existem sinais interessantes que podem mostrar novas atitudes por partes das mineradoras. Elas estão apoiando projetos de geração de emprego e renda, respeitando as singularidades locais, por meio de aporte financeiro no FMDC. Mas, por enquanto não se pode dizer que essa nova institucionalidade vai impactar de modo categórico a economia local. Os caminhos para um virtuoso desenvolvimento local por meio das parcerias entre mineradoras e as organizações sócias locais ainda estão muito distantes.

Ainda predomina uma cultura econômica excludente, posto que, na esfera do poder público existem sérias limitações técnicas, desta forma, o poder não consegue encaminhar os processos locais com a devida competência.

O comércio local é incipiente, caracterizado por empreendimentos que atendem ao setor terciário. A informalidade das atividades comerciais revela as necessidades de sobrevivência. O modelo de gestão política, tendo por base políticas pontuais, intervencionista por parte de seus administradores é uma evidência que vislumbra a necessidade de construção do plano diretor de PBA. Contudo, há uma forte agricultura familiar de subsistência. Algumas unidades familiares produtivas fornecem para as feiras de Macapá e outras atendem demandas das mineradoras. O advento do FMDC pode ser uma boa oportunidade para o exercício democrático do uso de recursos públicos originários das atividades minerárias. O fundo pode servir como um “piloto” para a implementação do plano diretor da cidade, uma necessidade urgente. Entretanto, as características culturais e econômicas, da população, acostumada ao clientelismo, não facilita a implementação de uma discussão simétrica para a execução do plano. De todo modo, essas novas institucionalidades, e configurações, estão a manifestar sinais interessantes que alimentam a esperança de que as pessoas – por meio de suas organizações sociais – podem se empoderar (e se empoderam) e mitigar um desenvolvimento local menos assimétrico, fomentando assim, índices de melhoria de vida para a população.

Referências bibliográficas

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1. 2000. p.11-40
- CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CORREIA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**, Princípios. Ed: Ática, 1987.
- DEMO, P. 2001. **Cidadania Pequena**. Autores Associados, Campinas.
- DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO LOCAL**. Pedra Branca do Amapari, 2002.
- FERRARI JÚNIOR, José Carlos. **Limites e Potencialidades do Planejamento Urbano**: Uma discussão sobre os Pilares e Aspectos Recentes da Organização Espacial das Cidades Brasileiras. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, 2 (1), p. 15-28, junho de 2004.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GEMAQUE, Irani do Socorro Freitas da Costa. **Territorialidade, Agricultura e Mineração (Pedra Branca do Amapari-Amapá)**. (Tese de Doutorado apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências - Desenvolvimento sócio ambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.) 2010.
- INGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Demográfico do Amapá – 2000**, 2007.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- LEI Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 – dou de 11/1/2007> disponível em:** <http://www81.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/2007/11445.htm>, acesso em 18. 03. 2010
- OLIVEIRA, José Aldemir de. **A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira**. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 16, 17 e 18, 2004, Coimbra. Anais. Coimbra – Portugal: 2004. 10 p.
- PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PMDRS**, produzido pelo Projeto Perimetral Norte, com o apoio do Governo do Estado do Amapá.
- PONTES, M. S. A participação cidadã e a reforma urbana: direito à cidade e à moradia. In: V Jornada de Vivienda Social / XIII Encuentro Red ULACAV, 2007, Valparaíso. V Jornada de Vivienda Social / XIII Encuentro Red ULACAV, 2007.
- RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Capital Social e Redes Sociais no Processo Organizacional de Comunidades Agroextrativistas no Amapá**. (Tese de Doutorado apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências - Desenvolvimento Sócio Ambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.) 2008.
- ZAPATA, Tânia *et al.* **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

Artigo recebido em 27 de outubro de 2010.

Aprovado em 30 de dezembro de 2010.